

Pastore faz outra tentativa para fechar o "jumbo"

3 JAN 1984

Laura Fonseca

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, embarca hoje à noite para New York, em mais uma tentativa de fechar o empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões dos bancos internacionais para o Brasil.

Segundo o ministro Galvêas faltam, apenas US\$ 150 milhões mas, a obtenção desta quantia está ligada à exigência de muitos dos 830 bancos do pacote de ver o empréstimo totalmente subscrito, com a participação de todos os bancos "convidados".

Desde que a fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira teve início, todas as fontes de informação anunciam seu êxito, desde as autoridades econômicas brasileiras — Delfim, Galvêas, Langoni e depois Pastore — bem como o diretor do FMI, Jacques de Larosiére, o presidente do comitê de assessoramento dos bancos comerciais, William Rhodes, do Citibank, demais membros do Comitê. O tempo vai passando e o "pacote" não fecha. Primeiro estava se esperando o sinal verde do FMI, depois as conclusões da negociação com o Clube de Paris. Agora, quando cessaram os pretextos, as fontes se limitam a afirmar que o empréstimo já está assegurado, devendo ser assinado no próximo dia 16.

Ao lado destas afirmações tranquilizadoras, surgem indagações: O que foi Delfim Netto fazer no exterior logo depois do raiar do Ano Novo? Por que mais uma viagem "clandestina"? Uma quantia pequena como US\$ 150 milhões precisa mesmo da presença do Ministro do Planejamento, ao lado do Presidente do Banco Central? Por que a assessoria de Delfim continua afirmando que ele está no Brasil? É bastante claro que persistem problemas em torno deste empréstimo.

Os mais pessimistas fazem suas contas e asseguram que, mesmo com o jumbo de US\$ 6,5 bilhões, os créditos comerciais de US\$ 2,5 bilhões e o saldo comercial de 9 bilhões em 1984, as contas do ano não fecham, devendo o Brasil voltar ao mercado financeiro, logo depois do Carnaval. Será que 1984 vai repetir 1983? Há uma grande diferença, porém, em termos políticos — 1984 é o ano da sucessão presidencial, quando o Governo envidará todos os esforços para diminuir seu desprestígio perante a opinião pública e os setores importantes da sociedade.

O que fazer? Baixar um pouco a inflação não parece difícil, mas, será suficiente? Melhorar, a curto prazo, a recessão e o desemprego representa uma tarefa impossível, a menos que o Governo tome a decisão política de sustar o pagamento dos juros ao mercado internacional, declarando uma moratória tácita, enquanto se procede a uma ampla renegociação externa. Esta hipótese, porém, é pouco provável para um governo que já está vivendo seu último ano no poder. Surge, então, uma segunda hipótese de mudança, esta mais cosmética, mas, de grandes repercussões internas e externas — trocar o Ministro do Planejamento, dando a outro nome qualquer o trono dourado de Delfim Netto.